

A TRAJETÓRIA RECENTE DOS CONSÓRCIOS NO PARANÁ

Guilherme Amorim*

A contratação de consórcios para aquisição de bens ou serviços de turismo reagiu bem à queda de atividade econômica provocada pela pandemia. Informações do Banco Central (BCB) mostram que, considerados todos os segmentos de consumo, o crescimento do número de consorciados ativos foi interrompido entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020 mas, desde então, tem se expandido continuamente. Entre o terceiro trimestre de 2020, quando foi retomada a trajetória de elevação, e o segundo de 2022, dado mais recente, o conjunto de consorciados apresentou aumento de 17,68% no Paraná. No mesmo período, a variação registrada nacionalmente chegou a 14,05%. Presentemente, o Estado reúne 8,42% dos consorciados ativos do País (tabela 1).

TABELA 1 - CONSORCIADOS ATIVOS, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO -
2.º TRIM 2022

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CONSORCIADOS ATIVOS	PART. (%)
Acre	34.753	0,39
Alagoas	96.488	1,09
Amapá	24.425	0,28
Amazonas	103.043	1,17
Bahia	587.031	6,65
Ceará	254.990	2,89
Distrito Federal	126.201	1,43
Espírito Santo	165.511	1,88
Goiás	348.393	3,95
Maranhão	253.102	2,87
Minas Gerais	865.497	9,81
Mato Grosso	301.372	3,41
Mato Grosso do Sul	151.019	1,71
Pará	322.281	3,65
Paraíba	127.195	1,44
Paraná	742.858	8,42
Pernambuco	270.013	3,06
Piauí	132.990	1,51
Rio de Janeiro	397.039	4,50
Rio Grande do Norte	112.339	1,27
Rio Grande do Sul	604.462	6,85
Rondônia	138.430	1,57
Roraima	19.544	0,22
Santa Catarina	394.384	4,47
São Paulo	2.081.035	23,58
Sergipe	77.013	0,87
Tocantins	93.935	1,06
TOTAL	8.825.343	100,00

FONTE: Banco Central do Brasil

Esse desempenho é algo inusitado à medida em que se realiza paralelo com o comportamento recente da renda do trabalho no Estado, mensurada através da divulgação trimestral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC - IBGE). No mesmo intervalo de tempo em que se verificou a ampliação de 17,68% dos consorciados, o

*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, com rendimento do trabalho, decresceu 9,37%. Ainda que se considere que a massa de rendimento tenha crescido 0,82% nesse período, fruto da queda na taxa de desocupação, de 10,5% para 6,1%, a consistente recuperação dos consórcios chama a atenção.

O alto grau de endividamento familiar também não contribui, *a priori*, para essa trajetória ascendente dos consórcios. Nacionalmente, esse alcançou 52,89% da renda acumulada dos últimos doze meses terminados em junho, segundo cálculo do BCB. Desconsiderado o crédito habitacional, o endividamento chegou a 33,64% no final do segundo trimestre, patamar sem precedentes.

Embora o BCB não realize estimativas regionais de endividamento familiar, há evidências de que ele é também elevado no âmbito paranaense. O saldo dos financiamentos concedidos a pessoas físicas do Estado, em todas as modalidades, chegou a R\$ 220,8 bilhões no final do segundo trimestre, de acordo com o Sistema de Informações de Crédito (SCR-BCB). Esse volume foi nominalmente 20,56% superior ao registrado doze meses antes, sendo que a inflação acumulada no período chegou, nacionalmente, a 11,89% e, na Região Metropolitana de Curitiba, a 14,24%¹. Nesse período, o Produto Interno Bruto do Estado cresceu 1,23%².

As pessoas físicas que tradicionalmente contratam consórcios são as que têm dificuldades de realizar poupança e aquelas cuja renda, ou parte dela, é informal. A comprovação de rendimentos se tornou mais flexível na última década, sendo a capacidade de pagamento examinada através de extratos bancários e da adimplência na quitação de outros financiamentos e contratos de prestação de serviços continuados. Ainda assim, as concessões a esse público passam por maior escrutínio em períodos de taxas e inadimplência ascendentes, como o atual.

A tabulação dos consórcios efetivados no Estado mostra que o segmento que apresentou maior crescimento foram aqueles com os menores números absolutos de contratantes, o denominado *Outros bens móveis duráveis* e o de serviços turísticos (tabela 2). A incomum expansão do primeiro está associada ao fato de que é uma modalidade pouco ofertada até períodos recentes, voltada à aquisição de bens de pequeno e médio valores, como móveis, eletrodomésticos, computadores e telefones celulares – mercadorias cujas vendas são usualmente alavancadas por financiamentos ofertados pelos varejistas ou através de parcelamentos em cartão de crédito. A participação crescente de grandes bancos comerciais na oferta de consórcios de toda sorte também impulsionam esse setor. Ademais, maiores exigibilidades de crédito aumentam a atratividade dos consórcios para parte dos consumidores. A expansão dos contratos de serviços turísticos está, outrossim, associada a maior oferta por parte das administradoras, aos crescentes custos de passagens aéreas e ao risco de câmbio.

Para além dos segmentos mais comumente ligados aos consórcios, de imóveis e automóveis, se destaca a formação de grupos para a aquisição de bens de capital, como máquinas agrícolas e veículos de carga. Embora a forma mais corriqueira de obtenção desses equipamentos seja através de financiamentos de longo prazo, sua expansão sugere que a menor oferta de contratos com crédito direcionado, limitados desde meados da década passada, tenha estimulado a organização de consórcios do gênero.

No caso dos grupos voltados à compra de imóveis, esses se tornam mais atrativos em ciclos de aumento das taxas de juros. Nesses casos, contudo, o simples cotejo entre os custos de financiamento e as taxas de administração é insuficiente para que uma decisão sagaz seja tomada. Nesses ciclos, o custo de oportunidade torna ainda mais desvantajosa a falta de disciplina em reservar parte da renda para consumo futuro.

¹ IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

² IPARDES - PIB Trimestral do Paraná.

TABELA 2 - CONSORCIADOS ATIVOS, POR SEGMENTO - PARANÁ - 2018-2022

PERÍODO	SEGMENTOS					
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos ⁽¹⁾	Veículos Automotores ⁽²⁾	Motocicletas ⁽³⁾	Outros Bens Móveis Duráveis	Serviços Turísticos
1.º trim. 2018	112.408	38.008	267.290	103.681	2.329	19.227
2.º trim. 2018	116.566	38.466	271.474	106.637	2.333	20.266
3.º trim. 2018	116.516	38.410	270.450	107.714	2.537	20.678
4.º trim. 2018	119.660	39.408	274.219	108.734	3.144	21.176
1.º trim. 2019	123.607	39.760	275.669	110.660	3.524	22.513
2.º trim. 2019	127.245	40.660	280.441	113.091	4.380	23.702
3.º trim. 2019	131.356	42.530	285.567	112.871	4.671	24.550
4.º trim. 2019	134.854	43.770	288.184	113.756	5.236	25.741
1.º trim. 2020	135.042	43.897	291.555	113.645	6.226	28.849
2.º trim. 2020	136.484	43.974	286.114	110.813	6.078	28.016
3.º trim. 2020	142.850	45.055	292.859	113.094	7.000	30.414
4.º trim. 2020	147.275	46.385	299.267	114.557	7.323	31.149
1.º trim. 2021	152.830	47.053	304.317	116.668	7.654	32.697
2.º trim. 2021	159.083	50.354	309.159	117.573	8.292	32.982
3.º trim. 2021	165.032	54.291	319.142	115.335	10.080	33.852
4.º trim. 2021	171.699	56.427	319.974	117.036	11.616	33.822
1.º trim. 2022	175.788	58.383	326.063	117.624	13.242	33.779
2.º trim. 2022	182.256	60.839	332.571	118.842	14.787	33.563

FONTE: Banco Central do Brasil

- (1) Tratores, equipamentos rodoviários, máquinas agrícolas, embarcações, aeronaves, veículos automotores de carga e transporte coletivo.
- (2) Veículos automotores não incluídos no segmento de máquinas e equipamentos.
- (3) Inclui motonetas.

Finalmente, uma vez que os valores das parcelas são periodicamente ajustados para manterem paridade com os preços dos bens, o risco de inadimplência cresce em tempos de estagnação da renda e diante de aumentos bruscos, frequentemente resultantes de desvalorização cambial. Ainda que os contratantes possam transferir as cotas pagas, o deságio quando do repasse faz dos consórcios instrumentos temerários para aqueles desprovidos de qualquer poupança.